



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 001/2020

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentá-los, na oportunidade, vimos reivindicar a apreciação da matéria objeto do Projeto de Lei em anexo, o qual tem por finalidade **“AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE GINECOLOGISTA E OBSTETRA”**.

Os motivos que justificam a prorrogação contratual ora reivindicada se consubstanciam nas mesmas razões que fundamentaram a propositura do Projeto de Lei nº 005/2019, que restou promulgado pela Lei Municipal nº 3.266, de 11.01.2019.

Nesse sentido, reiteremos que a contratação pretendida se reveste de excepcional interesse público, tendo por objetivo dar continuidade à prestação dos serviços médicos afetos a especialidade da ginecologia e obstetrícia, que vem sendo desenvolvidas pela Unidade Básica de Saúde no atendimento as gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde.

É importante ressaltar que essa contratação se justifica, especialmente, em face da adesão do Município ao **Programa Rede Cegonha**, que preconiza o cadastramento no SISPRENATAL da totalidade das gestantes atendidas pelo sistema já no primeiro trimestre de gestação, o que por consequência necessita da atuação de um profissional médico gineco/obstetra.

Vimos também, repisar os dados relativos ao ano de 2017, destaca-se a aquisição feita pelo Município de Um Aparelho Colposcopio, proporcionando com esse exame, a realização de biópsia de alto grau. Essa medida tende a evitar que as mulheres atendidas pela Secretaria Municipal de Saúde fiquem a espera da fila do SUS, cuja referência é o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), pois o Município dispõe somente de uma vaga/mês, sendo que no ano de 2019 foram realizados vinte (20) exames.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração**

Quanto aos dados do ano de 2019, relativos aos serviços médico de ginecologia e obstetrícia, num período contratual de doze meses, ocorreram 56 registros de nascimento do Município de Jaguari, sendo que 44 gestantes foram acompanhadas pela profissional contratada, as quais realizaram as sete consultas preconizadas pelo SUS e obrigatórias para o efetivo cadastro do SISPRENATAL. Desses gestantes, 32 estão ainda em acompanhamento. Nesse período foi atendida uma demanda de 27 pacientes por semana e realizados a coleta de 316 exames citopatológico de colo uterino (CP), ou seja, uma média de 07 preventivos por semana.

Além desses serviços, a contratação reivindicada também tem como finalidade contar com esse profissional para emitir Autorização para Internação Hospitalar (AIH), que corresponde a 70 AIHs mensais e de 25 a 30 AIHs extras, conforme a demanda de internações, recaindo sobre esse profissional a responsabilidade pela Auditoria das mesmas.

Ainda, importa ressaltar a importância da continuidade dos serviços de acompanhamento de gestantes, visto que esse serviço é um dos componentes para o Município perceber recursos do governo federal através do Piso da Atenção Básica (PAB FIXO), sob pena de corte financeiros pelo não cumprimento de metas.

Para tanto, se reivindica a prorrogação do prazo contratual em mais seis meses, renováveis por igual período.

Por fim, quanto à estimativa do impacto orçamentário e financeiro preconizado pela Lei Complementar nº 101/2000, se torna desnecessário a sua apresentação no momento presente, vez que o mesmo já foi elaborado por ocasião das contratações iniciais, quando foi concluído pela possibilidade do seu encargo.

Diante de todo o exposto, encarecemos as Senhoras e aos Senhores Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 02 de janeiro de 2020.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.**



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI N° 001/2020

**Autoriza a prorrogação do contrato temporário
de Médico Ginecologista e Obstetra.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 78, inc. V da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar pelo prazo de seis (06) meses, renováveis por igual período, por motivo de excepcional interesse público, o contrato administrativo temporário identificado neste artigo, em número de vagas, função e carga horária, conforme a seguir discriminado:

| VAGAS | FUNÇÃO | CARGA HORÁRIA | LEI AUTORIZADORA |
|----------|------------------------------------|---------------|------------------|
| 01 (UMA) | MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA | 08 HORAS | 3.266/2019 |

Parágrafo único. Não se aplica à contratação autorizada pelo *caput* deste artigo as vedações impostas pelo art. 234, alterado pela Lei Municipal nº 2.187, de 12.11.1999, e pelo art. 235, ambos da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991.

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação autorizada por esta Lei são as constantes da Lei Municipal nº 1.901, de 27.06.1991, com suas posteriores alterações.

Art. 3.º O contrato será de natureza administrativa, ficando assegurados ao contratado os direitos previstos no art. 236, em seus incisos II a IV, da Lei Municipal nº 1.900, de 27.06.1991.

Art. 4.º A rescisão ocorrerá mediante o término do contrato administrativo, ou a qualquer tempo se não estiverem sendo cumpridas as condições contratuais ou pela não mais caracterização da necessidade emergencial.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração**

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, exceto pelo não desempenho das atribuições funcionais, em caso de rescisão, a parte interessada deverá comunicar formalmente a desistência, em um período anterior de 30 (trinta) dias.

Art. 5.º As despesas decorrentes do objeto da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica constante na Lei Orçamentária Anual, editada pela Lei Municipal n.º Lei Municipal nº 3.321/2019.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ____ DE _____ DE ____.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º ____ ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: ____ / ____ / ____

JAIRO DALCIN ANSELVA,
Dirigente do Núcleo de Pessoal.